

ENCONTRO POPULAR PROPÕE OUTRO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

Quilombolas, pescadores, agricultores e representantes de movimentos sociais, reunidos em Salvador, Bahia, debateram os principais problemas nacionais.

**Por Eduardo Sá
Enviado Especial**

Salvador (BA) – “Ergue a bandeira de luta, deixa a bandeira passar. Essa é a nossa luta, vamos unir para mudar!”. Esse foi o canto que abriu o Encontro Nacional de Diálogos e Convergências, realizado em Salvador, na Bahia, entre os dias 26 e 29 de setembro, com a participação de aproximadamente 300 pessoas. A comissão organizadora foi composta por nove entidades, todas relacionadas às mesas temáticas: agroecologia, saúde e justiça ambiental, soberania alimentar, economia solidária e feminismo. A proposta era aproximar diversas experiências em todo o Brasil em busca de outro modelo de desenvolvimento, com a participação de quilombolas, pescadores, agricultores, acadêmicos, movimentos sociais etc. Após quatro dias de intensa troca de experiências e diversos relatos de todo o Brasil, houve a plenária final e foi entregue pela comissão organizadora do evento uma Carta Política, com a essência do encontro sintetizando o que foi abordado pelos grupos temáticos, ao secretário nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da presidência, Paulo Maltos. O encontro foi patrocinado pelo governo da Bahia e pelo governo Federal.

Segundo Maria Emília Pacheco, representante da Fase – Solidariedade e Educação, as organizações vêm desde 2002 pensando nessa atividade e a partir de 2010, quando foi feito um balanço, começaram a aprofundar as relações já existentes entre as redes. Três oficinas territoriais ocorreram no ano passado a fim de aproximar os projetos: no norte de Minas Gerais, no planalto serrano de Santa Catarina e no agreste da Paraíba. Maria Emília explicou que o encontro é regido por um princípio político pedagógico partindo das experiências concretas desses territórios.

“O avanço do agronegócio vem criando com sua expansão bloqueios para a reforma agrária, a promoção da agroecologia. É necessária a interação de todas as regiões. Pactuamos um

conjunto de redes para explicitar claramente que as experiências desenvolvidas precisam ser visibilizadas para o governo perceber seu acúmulo”, destacou.

Marcelo Firpo, da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, observou que é preciso ampliar a capacidade de leitura do contexto sociopolítico frente aos conflitos, observando as resistências e propondo formas de construção alternativas nesses locais. Ele lembrou que durante o evento uma plataforma de Intermapas, que localiza e aglutina essas iniciativas no Brasil via internet, foi inaugurada. O Inter-mapas reunirá dados de iniciativas agroecológicas, de empreendimentos de economia solidária, situações de injustiça ambiental e os impactos das obras financiadas pelo BNDES. Quebrar a barreira da mídia, de modo a apresentar as experiências, é um dos desafios desses grupos, de acordo com Firpo.

“Precisamos perceber e ampliar as lutas, nos fortalecer nos posicionamentos e propostas. É fundamental o fortalecimento entre as redes e o diálogo com a sociedade. Essa atividade é fruto de um contínuo, profundo e frutífero diálogo. Ao final do evento, foi lançada uma carta que servirá de marco para que possamos aprofundar essas ações concretas”, disse.

POSICIONAMENTO

Representando alguns órgãos do governo estadual da Bahia e do governo federal, que apoiaram a realização do evento, a mesa de abertura encerrou pedindo a pressão popular para estimular essas iniciativas dentro do aparato estatal. O principal ponto destacado pelos representantes é a própria contradição dentro do governo, porque suas alianças impedem o avanço de muitas pautas demandadas pela sociedade. Foi um consenso entre eles que a organização dos movimentos sociais é fundamental para o governo observar as necessidades da sociedade.

Falando em nome do Ministério do Ambiente,

o Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Roberto Vicentini, destacou que, apesar das mudanças significativas que vêm ocorrendo na sociedade brasileira na última década com a diminuição das desigualdades sociais, os elementos que compõem um bloco econômico hegemônico não se modificaram. Com a “mídia absolutamente concentrada e a expansão do agronegócio”, esse encontro se faz necessário para articular as experiências, disse.

Mesmo com os problemas e contradições inerentes no Estado, César Lisboa, Secretário de Relações Institucionais do governador Jaques Wagner (PT-BA), disse que o governo baiano tem feito uma atualização histórica, pois a participação popular vinha sendo bastante reprimida nos últimos anos. Apesar da aliança ampla do governo, defendeu que o Estado tem contribuído para a democracia na participação social e popular. Segundo Lisboa, membros do governo acompanharam todos os debates do Encontro.

GRUPOS TEMÁTICOS

Após a primeira plenária na tarde do dia 27, os grupos temáticos se reuniram para sistematizar pontos de convergências nas falas do evento. Cada representante, em seguida, apresentou ao público as avaliações coletivas sobre os relatos. O primeiro deles foi Daniel Tygel, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que elogiou a riqueza da plenária e atentou para o desafio de tirar essas experiências da invisibilidade. O principal, na sua opinião, é a luta pela autonomia no sentido de estimular mecanismos de auto gestão.

“Uma luta pela autonomia de sermos o que somos, a história, como a auto demarcação de territórios em Minas Gerais. A economia solidária trabalha com condições materiais de obter avanços nesse sentido. Defendemos a autogestão como radicalização da democracia”, afirmou.

Apontada por diversos participantes, ficou clara a necessidade de ampliar formas de divulgar as

iniciativas locais e disseminar outros pensamentos por causa do bloqueio da mídia hegemônica. Para enfrentar esse desafio, foi articulado um grupo de comunicadores populares para a cobertura do evento. Quem explicou esse cenário foi Raquel Júnia, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio de Saúde (EPSJV-Fiocruz) e do jornal *Fazendo Media*, do Rio de Janeiro. Segundo ela, a comunicação é entendida por duas perspectivas: do direito e da necessidade, que convergem em vários pontos.

“Mesmo estando na declaração universal dos Direitos Humanos e na constituição brasileira a comunicação não é tratada como tal. A necessidade fica mais clara com essas falas e oficinas sobre a questão da visibilidade das lutas, dos conceitos de desenvolvimento, identidades culturais. Como nos mostramos para a sociedade se não temos os meios de comunicação?”, deixou a pergunta no ar.

Justiça Ambiental e Agroecologia são dois temas que estão relacionados e têm uma complementaridade mais direta. A agroecologia depende do acesso à terra, que é uma justiça ambiental. Raquel Rigotto, da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, destaca que esses princípios e práticas buscam um acesso mais justo e equitativo direto e indireto aos recursos naturais do país. Em sua opinião, nenhum grupo social deve pagar o preço do desenvolvimento, que geralmente não afeta os geradores desses impactos.

“Os impactos sobrecarregam segmentos. Não há decisão prévia para os projetos nessas localidades, gerando resistências e insurreições. As comunidades devem afirmar sua diferença, seu modo de vida e maneira de construir. Constituir direitos para serem protagonistas de modelos alternativos, e divulgá-los para disputar o campo simbólico”, afirmou.

Segundo Eugenio Ferrari, da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), as limitações impostas pelo agronegócio precisam ser melhor compreendidas, valorizadas e é necessário também estabelecer um compromisso maior com essas identidades de resistência.

“Além do acesso, é preciso botar ela para produzir, fazer seu funcionamento ecológico permitir a recuperação do agrossistema de maneira mais equilibrada. Nesse sentido, são necessárias soluções específicas para cada território. Conciliar o conhecimento empírico com o acadêmico é fundamental, e realizar uma releitura da agricultura nativa”, conclui Ferrari.

Maria Emília, do Fórum Brasileiro de Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional, por sua vez, ressaltou que não existe soberania alimentar sem a reforma agrária.

“Terra e alimentos estão muito associados. Além do encurralamento das empresas, há também a proibição de gente dentro das áreas de preservação. Nesse contexto, a autodemarcação relatada em Minas Gerais é elemento importante. Afirmar a importância da diversidade do cultivo também é fundamental na soberania

alimentar”, disse Emília.

AGROTÓXICOS

No meio das atividades foi lançado o livro *Agrotóxicos no Brasil – um guia para ação em defesa da vida*, de Flávia Londres. Trata-se de uma iniciativa da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA). Segundo a autora, percebeu-se uma demanda por um material que sistematizasse de maneira mais completa e profunda a questão dos agrotóxicos no Brasil. “No momento em que vemos chuva de agrotóxicos, contaminação da água, dos próprios trabalhadores, precisamos de um instrumento para subsidiar a carência de informações: o que é permitido? Como faço denúncia? O que devo esperar das autoridades?”, diz Flávia.

“Nós somos responsáveis pela autorização de agrotóxicos. Temos clareza de que queremos acabar com esse trabalho um dia”, afirmou Luiz Cláudio Meirelles, coordenador de toxicologia da Anvisa. Ele alertou que é preciso fortalecer a agricultura orgânica e a tendência é a sociedade ficar cada vez menos dependente de agrotóxico, podendo encurtar esse tempo se a população pressionar. “Atuamos evitando o lobby das empresas, ao contrário de muitas agências reguladoras que atendem aos interesses dos regulados, o que é um equívoco grave. Os lobbys são muito fortes, basta ver o financiamento de campanha de políticos, que são declaradas oficialmente. E as empresas pagam os advogados mais caros do país”, afirmou.

A fala mais contundente do lançamento foi da professora da Universidade Federal do Ceará (UFCE), Raquel Rigotto. Ela afirmou que a falta de informação viabiliza os abusos que ocorrem com os agrotóxicos. “O câncer, o agrotóxico no leite materno, na água da chuva, a má formação congênita, a contaminação dos rios, o aborto, Flávia mostra todos esses problemas. O livro levanta informações e caminhos na luta contra os agrotóxicos.”

Segundo ela, o livro é promotor de justiça ambiental, trazendo informação útil, caminhos técnicos legais e de luta para superarmos o modelo baseado nos agrotóxicos. Ao finalizar, deu uma sugestão que já está ganhando coro: “Diante de um quadro nacional em que se discute como financiar o Sistema Único de Saúde, temos os agrotóxicos com isenção total de impostos: ICMS, IPI, PIS/PASEP, Cofins... Vamos suspender essa isenção e financiar a saúde pública, gratuita e de qualidade! Vamos pegar o livro, contaminar os outros, pra que ano que vem não tenhamos que ouvir que somos de novo os campeões dos agrotóxicos”, conclamou a todos.

PLENÁRIA FINAL

Após quatro dias de intensa troca de experiências e diversos relatos de todo o Brasil, foi realizada plenária final com a entrega de uma Carta Política. Antes da entrega do documento, alguns

grupos apresentaram moções de repúdio a determinadas ações do Estado brasileiro e ao modelo de desenvolvimento hegemônico: contra os agrotóxicos e a liberação do feijão transgênico; pela democratização da mídia; contra os transgênicos; contra a forma de violência e expulsão de ocupações em Alagoas; repúdio à retomada do programa nuclear brasileiro; às atividades da Veracel celulose; financiamento do BNDES a uma estrada na Bolívia que corta área indígena; e pelo fortalecimento da economia solidária.

Noemi Krefta, integrante do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), destacou a fundamental participação das mulheres nas atividades, pois sem elas a agroecologia é incompleta. Ela valorizou o fortalecimento da campanha contra os agrotóxicos e o aprofundamento na comunicação entre as redes como ponto forte do Encontro.

“Foi um longo e fecundo processo de articulação, com a apresentação de casos emblemáticos de resistências e propostas alternativas ao modelo econômico hegemônico, que favorece extrações e escoamento das riquezas naturais para os mercados globais. A geração de alternativas econômicas é crucial para viabilizar o modo de vida dessas comunidades”, afirmou.

Ao observar que há outro modelo em curso, Paulo Maltos, secretário nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da presidência, destacou a importância do fortalecimento dessas transformações relatadas no evento e construídas na prática em disputa com o capital. Para ele, a dimensão territorial é fundamental e precisa ser absorvida pelas políticas públicas para reforçá-la.

“É importante a gente sentir que existem alternativas sendo construídas, e principalmente baseadas no diálogo, no respeito ao outro, na alteridade. Vocês estão no caminho certo, no sentido de disseminar ideias novas que podem prosperar e trazer mais acúmulo para disputar o destino do nosso país. As críticas são bem vindas, porque ajudam a formular corretamente os passos dessa disputa”, afirmou o secretário.

Maltos destacou ainda que na Carta Política do encontro faltou o reconhecimento de que existe uma disputa dentro do governo, porque, segundo ele, este processo é intenso devido à ampla coligação partidária. Para o secretário, a luta dos movimentos é fundamental para acumular forças e realizar uma disputa mais ampla pelo projeto hegemônico.

“Vamos desbancar esse projeto e construir outro com bases totalmente diferentes, no respeito às populações, inclusive urbanas. Essa construção de alianças é fundamental. Sugiro humildemente que ela tenha uma direção especial aos trabalhadores, com diálogos e aproximações com setores populares do campo e da cidade do país. Eles que formam uma base social suficiente para nos ajudar a construir um país muito melhor”, concluiu. 🏠

Eduardo Sá é jornalista.